

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.521 - SP (2019/0231286-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECORRENTE : NELSON MARCHI
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954
RECORRIDO : BRADESCO SEGUROS S/A
RECORRIDO : BRADESCO SAUDE S/A
RECORRIDO : SIEMENS LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. MANUTENÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA EX-EMPREGADORA. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Nelson Marchi contra o acórdão de fls. 283-288 (e-STJ), proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

Agravo de instrumento. Plano de saúde coletivo. Pretensão de empregado já aposentado, que, continuando a laborar, é demitido sem justa causa e objetiva continuar a desfrutar plano coletivo de assistência médica disponibilizado por ex-empregadora. Decisão que excluiu a ex-empregadora do polo passivo da ação e indeferiu pedido de tutela de urgência. Inconformismo da parte autora. Recurso parcialmente conhecido e, na parte conhecida, desprovido. Perda superveniente do interesse recursal em relação ao pedido de concessão de tutela de urgência. Posterior decisão do Juízo *a quo* que deferiu tutela de evidência à parte agravante. Recurso não conhecido neste sentido. Ilegitimidade passiva reconhecida. O liame do plano de saúde é estabelecido diretamente com o usuário, ex-empregado e a operadora/seguradora de saúde, afastada a intervenção da estipulante/empregadora, que não mais se responsabiliza pelo pagamento parcial das prestações. Decisão mantida. Recurso parcialmente conhecido e, na parte conhecida, desprovido.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 291-305), aponta o insurgente, além de dissídio jurisprudencial, a existência de violação dos arts. 114 do Código de Processo Civil de 2015 e 436 do Código Civil. Sustenta, em síntese, a legitimidade passiva

Superior Tribunal de Justiça

da ex-empregadora na ação que visa a manutenção do segurado no plano de saúde nas mesmas condições (arts. 30 e 31 da Lei 9.656/1998).

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 335).

Admitido o processamento do recurso na origem (e-STJ, fls. 336-337), ascenderam os autos a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

A jurisprudência desta Corte é no sentido de que "a empresa estipulante, em princípio, não possui legitimidade para figurar no polo passivo de demanda proposta por ex-empregado que busca, nos termos dos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998, a permanência de determinadas condições contratuais em plano de saúde coletivo após a ocorrência da aposentadoria ou da demissão sem justa causa, visto que atua apenas como interveniente, na condição de mandatária do grupo de usuários e não da operadora".

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. ARTS. 30 E 31 DA LEI Nº 9.656/98. ALTERAÇÃO DA FORMA DE CUSTEIO. LEGITIMIDADE PASSIVA. OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.
2. Nos termos da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, "a empresa estipulante, em princípio, não possui legitimidade para figurar no polo passivo de demanda proposta por ex-empregado que busca, nos termos dos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656/1998, a permanência de determinadas condições contratuais em plano de saúde coletivo após a ocorrência da aposentadoria ou da demissão sem justa causa, visto que atua apenas como interveniente, na condição de mandatária do grupo de usuários e não da operadora". (REsp 1.575.435/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/5/2016, DJe 3/6/2016). Precedentes.
3. Agravo interno a que se nega provimento.
(AgInt no REsp 1660516/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 12/02/2019).

Dessa forma, a decisão recorrida refletiu o entendimento desta Corte, motivo pelo qual não merece reforma.

Superior Tribunal de Justiça

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

